



## **MEMÓRIA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA – 2025**

Aos trinta dias de maio de 2025, das 10h04 às 11h05, realizou-se por videoconferência a 66ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública - Paraná. Estavam presentes os representantes das seguintes Instituições: Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR; Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR; Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – TRT9, Ministério Público de Contas do Estado do Paraná – MPC-PR; Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR; Ministério Público do Trabalho no Paraná – MPT-PR; Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – PGE-PR; Receita Federal do Brasil; Secretaria do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF; Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA; Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP; Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR e Observatório Social do Brasil. A sessão foi presidida pela Coordenadora Executiva da Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná, Dra. Leticia Ferreira da Silva, e secretariada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

**Leticia (CGE/PR)** abriu a reunião com a aprovação da ata da 65ª Reunião Ordinária da Rede de Controle e, em seguida, passou a palavra para o representante do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para apresentação das inovações trazidas sobre gestão de riscos.

**Maurício Segundo (TJPR)** fez uma breve introdução e franqueou a palavra aos servidores Thiago Martini Ribeiro Pinto e Fabio de Araujo, respectivamente, Coordenador e integrante da Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade do TJPR, para iniciar a apresentação.

**Thiago Martini (TJPR)** realizou uma breve contextualização sobre a evolução da gestão de riscos no Tribunal de Justiça e destacou que o objetivo da apresentação é trazer novidades sobre o tema.



**Fabio de Araujo (TJPR)** destacou que as ações do TJPR para evoluir na temática foram concentradas em três principais frentes: atualização da política de gestão de riscos; atualização do manual de gestão de riscos; implantação do software de gestão de riscos e auditoria interna. Sobre o manual de gestão de riscos, ressaltou o seu papel de referencial na gestão de riscos institucional, e da necessidade de incorporar no seu texto metodologias modernas, conteúdo atualizado da Nova Lei de Licitações e do Programa de Integridade do Tribunal de Justiça. Quanto aos principais pontos do manual, destacou as mudanças no apetite a riscos, níveis de risco, aumento do número de categorias de risco, capítulo dedicado aos riscos de integridade, exemplos práticos daquilo que o gestor não deve fazer ao realizar o gerenciamento de riscos (erros mais comuns), além de conteúdo dedicado à gestão de riscos das contratações. Sobre a recente contratação do software, realizada em parceria com a Auditoria Interna, descreveu os benefícios do uso do sistema, tais como facilidade da extração de dados gerenciais, acompanhamento e monitoramento dos riscos de forma automatizada e integrada, auxílio na tomada de decisão dos gestores com base no gerenciamento de riscos e automação do processo de gerenciamento de riscos. Destacou, ainda, que todas as unidades administrativas do TJPR serão provocadas a realizar a capacitação sobre o sistema e efetuar a inserção dos seus riscos e atualização dos correspondentes dados. Com os agradecimentos, se propôs a disponibilizar os materiais sobre o tema.

**Thiago Martini (TJPR)** agradeceu a atenção dos membros do Colegiado e destacou que as alterações foram baseadas em proposição do Tribunal de Contas da União (TCU), o que resultou no maior peso atribuído ao impacto em detrimento da probabilidade. Citou como exemplo que havia cerca de 250 riscos mapeados, dos quais 130 (aproximadamente) eram altos e extremos, havendo universo muito grande de riscos a serem gerenciados, porém, às vezes, com baixo impacto. Sobre as categorias de risco, ressaltou que as alterações implementadas são aderentes às categorias do Orange Book do Reino Unido (2025), o que promove a sua maior especialização e tratamento de riscos de forma mais cuidadosa. Ao final, colocou-se à disposição e convidou os participantes para participarem de *live* sobre o tema a ser realizada no dia dezessete de julho.

**Maurício Segundo (TJPR)** destacou o movimento realizado pelo Tribunal de Justiça quanto ao sistema de controle interno, gestão de riscos e governança. Aduziu que nos



últimos anos houve a publicação da política e do manual de gestão de riscos, criação do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance, transformado posteriormente em Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade, atualização do manual de gestão de riscos e a contratação de sistema de gestão de riscos e auditoria interna. Exemplificou que o planejamento de auditoria é baseado em riscos, e a existência de riscos cadastrados em inventário informatizado é extremamente importante para o planejamento de auditoria interna. Que o Tribunal de Justiça aprovou recentemente a política de gestão de processos, e que todo esse conjunto de iniciativas contribui para uma gestão de riscos bastante eficaz. Ao final, coloca-se à disposição para compartilhar as práticas do Tribunal.

**Kallynca (CGE/PR)** indagou se poderiam ser mencionados os erros mais identificados no gerenciamento de riscos.

**Fabio de Araujo (TJPR)** apresentou diversos exemplos de erros cometidos no momento de se realizar o gerenciamento de riscos institucional.

**Letícia (CGE/PR)** manifestou interesse em conhecer um pouco mais sobre as novidades da gestão de riscos e sobre o software, especialmente os servidores da CGE/PR que lidam com o tema, porquanto se encontram atualmente em momento de reestruturação de metodologia.

**Maurício Segundo (TJPR)** aduziu que as novas ferramentas devem ser acompanhadas de intensa capacitação e incentivo da Alta Administração. Desde 2021, o TJPR adotou o modelo das Três Linhas do Instituto dos Auditores Internos (IIA), que é um indicativo da importância do gerenciamento de risco na organização. Que contam com o apoio da Escola Judicial para capacitação, e a CGRC tem adotado diversas iniciativas, dentre elas uma *live* sobre nova versão do manual de gestão de riscos que será lançado oportunamente. Que o sistema foi contratado após longo trabalho desenvolvido, inclusive em razão das especificações necessárias. A ideia inicial era o compartilhamento de software já implementado e em funcionamento noutra organização do país, o que não foi possível, provocando as medidas para a contratação. Que levou aproximadamente dois anos para contratar e implementar o sistema. Informou que a funcionalidade, no módulo auditoria interna, permite o desenvolvimento de todas as etapas de auditoria (planejamento, execução, comunicação e monitoramento), gerando planos e relatórios automatizados, além de



painéis de dados gerenciais. Que atualmente se encontra em fase de alimentação do sistema com informações de atividades anteriores. Destacou, por fim, o incentivo ao mapeamento de processos de trabalho das unidades do Tribunal.

**Thiago Martini (TJPR)** destacou que será um prazer para o TJPR receber a CGE/PR. Que desenvolveu uma metodologia de oficinas de gestão de riscos, e o sistema já se encontra em funcionamento, inclusive com o cadastramento de riscos da área de Tecnologia da Informação. Que o sistema é o mesmo que atende atualmente a Petrobras e tem se apresentado como uma ótima ferramenta.

**Letícia (CGE/PR)** agradeceu a apresentação realizada e destacou a preocupação do Tribunal de Justiça com o tema, o que enriquece a gestão do Poder Judiciário. Ademais, indagou aos membros do Colegiado se gostariam de compartilhar alguma prática ou novidade das respectivas instituições para apresentação na próxima reunião bimestral.

**Letícia (CGE/PR)** então passou ao relato das comissões.

**Conrado (CGE/PR)** informou que a Comissão Permanente de Acesso e Intercâmbio de Informações tem uma reunião agendada para treze de junho. Na ocasião, será promovido um diálogo sobre as novidades da área de transparência e LGPD, sob a ótica dos órgãos representados pelos membros da Comissão. Por fim, ampliou o convite para participação aos demais integrantes da Rede.

**Letícia (CGE/PR)** reiterou a discussão realizada na reunião anterior sobre a LGPD e portais das instituições, e que compartilhará o Parecer nº 6/2025, que trata do equilíbrio entre a transparência e a proteção de dados. Ao final, franqueou a palavra à Comissão Permanente de Capacitação e Proposição Legislativa.

**Francine (MPPR)** informou que a Comissão Permanente de Capacitação e Proposição Legislativa se encontra com duas ações em desenvolvimento. A primeira delas é a elaboração de uma cartilha, que é uma ideia inicial, a ser elaborada de maneira bastante didática e contendo orientações básicas aos agentes públicos para o exercício da função de controlador interno. Com base nesse desafio, a equipe realizou uma pesquisa e se deparou com um arcabouço bastante diversificado de materiais a respeito do tema. A Comissão então propôs a ampliação do escopo do produto para além da cartilha. Justificou que a elaboração da cartilha não seria uma atribuição da Rede, porquanto pressupõe redação, aderência à legislação vigente, o



que demanda exaustivo trabalho, e poderia se sobrepor aos materiais que já existem e são atualizados, a exemplo de publicação produzida pela ATRICON. Ademais, que existe quantidade e diversidade de programas, projetos, jurisprudências e repositórios sobre o tema. Sugere a substituição de cartilha por repositório onde seria mapeado todo o acervo disponível sobre controle interno nas diferentes esferas, inclusive com indicações de capacitação, leitura e projetos em andamento. Por fim, a Rede avaliaria a melhor forma de compartilhamento desse acervo com as prefeituras municipais. O segundo produto apresentado é um banco digital vinculado à página da Rede de Controle, constando as ações de capacitação desenvolvidas pelos órgãos de controle e que poderiam ser disponibilizadas aos integrantes da Rede e prefeituras municipais. Esclareceu que o produto seria uma página vinculada ao portal da Rede contendo *banners* de cada órgão que possui interesse em disponibilizar materiais.

**Letícia (CGE/PR)** submeteu proposta referente a adequação do escopo do primeiro produto para deliberação, a qual foi aprovada. Na sequência, solicitou a manifestação da Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social.

**Kallynca (CGE/PR)** destacou que a Comissão trabalha sob demanda, no que se refere aos índices, e até o momento não houve nenhuma solicitação. Encontram-se aguardando o resultado do GT2, que trata do Índice de Transparência Pública (ITP) dos municípios. Acrescentou que os trabalhos serão iniciados após a conclusão do diagnóstico realizado por esse grupo de trabalho.

**Letícia (CGE/PR)** aduziu que foi encaminhado e-mail solicitando informações ao CREA-PR e CAU-PR sobre o pedido de adesão à Rede, porém até o momento não houve resposta. Por outro lado, concluída a assinatura da adesão do TRT9, aguarda-se apenas a publicação do termo respectivo. Destacou ainda que a prorrogação do Acordo de Cooperação Técnica deve ser realizada no segundo semestre do corrente ano e, ao final, franqueou a palavra à Kallynca para discorrer sobre as iniciativas dos grupos de trabalho 1 e 2.

**Kallynca (CGE/PR)** alegou que o GT 1 (controles internos municipais) programou reunião para dois de junho para definir escopo e forma de atuação. O GT2 está fazendo um levantamento estatístico dos municípios, de acordo com o ranking da transparência da ATRICON, e será elaborado um questionário para tentar entender a



estrutura de transparência dos municípios e indicar produtos para a Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social.

**Letícia (CGE/PR)** relatou que no dia vinte e oito participou da reunião da Rede de Controle em âmbito nacional e destacou a existência dos grupos de trabalho de Proteção e Defesa Civil e ESG, porém não houve a adesão aos GTs por nenhuma Rede de Controle estadual. Informou que a Rede de Controle está na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCLA) e que a ideia é que todas as ferramentas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro sejam reunidas em única ferramenta. Sobre a *Rede Integrar* dos Tribunais de Contas, foi disponibilizado o portal para quem desejar conhecer. Informou que há uma preocupação dos Coordenadores Executivos das Redes em âmbito nacional sobre o rastreamento das emendas pix, e inclusive há decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema, que é relevante para os órgãos de controle. Alegou que qualquer novidade sobre o assunto será trazida ao Colegiado.

**Alexandre Coelho (TCE/PR)** relatou que o TCE/PR lançou no seu portal um painel de Business Intelligence (BI) das emendas parlamentares do Paraná e das despesas municipais como forma de promover maior transparência. Informou que estão verificando de que maneira devem atuar, sobretudo por causa da competência concorrente dos Tribunais de Contas.

**Letícia (CGE/PR)** reiterou a importância da questão e, após os agradecimentos finais, deu por encerrada a reunião.

DELIBERAÇÕES			
Nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Aprovação da proposta de modificação do escopo da primeira iniciativa em desenvolvimento pela Comissão Permanente de Capacitação e Proposição Legislativa.	Comissão Permanente de Capacitação e Proposição Legislativa	Conforme definido no seu plano de trabalho.